



REFLEXÕES SOBRE CURRÍCULOS, FEMINISMOS E DESCOLONIZAÇÃO NA FORMAÇÃO FILOSÓFICA

Gabriela da Nóbrega Carreiro¹
Universidade Federal do Pernambuco (UFPE)

Resumo: O texto em tela tem como implicações iniciais a compreensão de que a história da filosofia ocidental é um campo de conhecimento em disputa, mas ainda arraigado em premissas de silenciamentos e exclusões. Os espaços de formação inicial e pós-graduação desta área ainda são constituídos por uma discrepante diferença da presença de homens e mulheres e de toda a diversidade que compõem os gêneros, raças, territórios e experiências outras que não a do homem branco, cisgênero, do norte global. Essas exclusões/ausências estão implicadas diretamente na concepção de história da filosofia evocada no singular, no masculino e situada desde pressupostos eurocêntricos e ocidentais que constituem ainda parte significativa dos currículos de formação acadêmica e escolar. Com argumentos e análises dialogadas desde referências do Sul Global busco pavimentar, pelas frestas e ranhuras provocadas pela crítica descolonizadora, reflexões acerca da possibilidade de ensinar-aprender filosofias afirmadas no plural, diversas, encorpadas, produzidas por mulheres, igualmente diversas.

Palavras-chaves: Ensino de Filosofia; Currículos; Filosofia feminista; Teoria decolonial.

Abstract: The text at hand has as its initial implications the understanding that the history of Western philosophy is a field of knowledge in dispute, but still rooted in premises of silencing and exclusions. The spaces for initial and postgraduate training in this area are still made up of a discrepant difference in the presence of men and women and all the diversity that makes up genders, races, territories and experiences other than that of the white, cis gender man, of the global north. These exclusions/absences are directly implicated in the conception of the history of philosophy evoked in the singular, in the masculine and situated from Eurocentric and Western assumptions that still constitute a significant part of academic and school training curricula. With arguments and analyzes based on references from the Global South, I seek to pave through the cracks and grooves caused by decoloNizing criticism reflections on the possibility of teaching-learning philosophies stated in the plural, diverse, full-bodied, produced by women, equally diverse.

Keywords: Teaching Philosophy; Curriculum; Feminist philosophy; Decolonial theory.

¹ Graduada e bacharel em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre e doutora pela mesma instituição. Integra o Grupo de Pesquisa Ágora (Grupo de pesquisa em filosofia e psicologia da educação). E-mail: gncarreiro@gmail.com

Introdução

Início minhas reflexões aqui retomando uma narrativa ainda recorrente, ancorada numa certa insistência de validação da filosofia como conhecimento complexo, pouco acessível e de interesse de poucas/os. Por um longo tempo esse entendimento, reiterado numa concepção de história linear e aparentemente intransponível, me apartava da possibilidade de sentir-pensar a filosofia como companheira na minha caminhada de formação acadêmica e de vida. Por muito tempo acreditei que a filosofia poderia ser acessada e reproduzida nos livros, nos outros, nos professores, nos colegas, mas não em mim, na minha escrita, nas minhas reflexões.

Por tempos o sentimento de não pertencimento e inacessibilidade a esse campo de conhecimento foi por mim silenciado e dimensionado como um problema meu, íntimo e da má escolha de frequentar um curso de formação que não era para mim. Essa foi (e ainda é) uma das muitas narrativas recorrentes que venho encontrando na maioria das produções brasileiras sobre o silenciamento e exclusão de filósofas nos cursos de formação, e que também está presente nas salas de aulas, nas conversas com estudantes. O sentimento de estranhamento, de não pertencimento comum a tantas de nós, é aqui observado como um problema filosófico com o rigor fundante de uma problemática filosófica situada. Cade assim a primeira indagação: “Como esse problema desloca-se da pessoalidade e passa a ser um problema de ordem coletiva, tornando-se inclusive um problema da Filosofia, ou por assim dizer, um problema filosófico?”

A História da Filosofia, enunciada no singular, convoca a premissa da universalidade, da tradição do pensamento europeu, do Norte Global, de uma história linear que inicia com os Pré-Socráticos envoltos na denominação Filosofia Antiga (demarcada exclusivamente no território Grego), seguindo por uma Filosofia Medieval (Patrística e Escolástica), posteriormente a Filosofia Iluminista o que envolve a Filosofia Moderna e até então a Filosofia Contemporânea. De modo simplório, esse tem sido o caminho metodológico seguido de modo linear e tradicional para apresentarmos, estudarmos e muitas vezes, até pensarmos a Filosofia.

Intuída como uma história que inicia com a “*arché*” de Tales de Mileto, a Filosofia é encurralada num caminho estreito de passos demarcados previamente e reproduzido ao longo dos séculos. A história da filosofia, entendida como tema filosófico é uma problemática recentemente evocada nos centros de formação e pesquisa. Conforme destaca Pugliesse (2019, p. 403) a história da filosofia ganha espaço no debate filosófico tendo como premissa a

CARREIRO, Gabriela da Nóbrega.
Reflexões sobre currículos, feminismos e descolonização na formação filosófica

problematização e pertinência das “obras norteadoras da linha do tempo da filosofia”, o que culmina na constituição e manutenção do cânone, já que é pela concepção de história linear que a premissa para definição do canônico e não canônico é estabelecida.

A pesquisa em história da filosofia trata da análise de conceitos e suas inserções nos sistemas filosóficos, bem como dos diálogos que se estabelecem entre os filósofos, os seus contemporâneos e a tradição. Discutem-se também questões de hermenêutica textual, o peso a ser dado e os meios através dos quais incluir, na interpretação da obra, a análise de seu contexto histórico, linguístico e social. Tradicionalmente, os temas e problemas da história da filosofia são dados pela análise das questões tratadas em obras de uma série quase fechada de grandes autores. (PUGLIESE, 2019, p. 405)

Interessa aqui atentar para o entendimento de que a história da filosofia, enquanto campo de investigação filosófica, deve debruçar-se mais além do que o passado hegemônico da historiografia da filosofia ocidental, eurocêntrica e androcêntrica. Enquanto problema filosófico, a história da filosofia, integra conforme aponta Geroult (1969) dois campos de conhecimentos com métodos e objetivos diversos: a filosofia e a história. A noção histórica da filosofia só se dá a partir de um passado possível de ser observado e descrito, tornado-se objeto de si mesma, os sistemas filosóficos se fundem à filosofias de determinados períodos históricos de modo que costumeiramente falar de filosofia, pressupõe-se falar de história da filosofia. Mas que história é essa? O que é isso que se constitui com o nome de tradição? E mais ainda: qual história da filosofia estamos ensinando e aprendendo?

Pugliesse (2019) aponta que atualmente a história da filosofia é compreendida como área e método da investigação filosófica, o que não necessariamente significa que a indagação em torno de qual passado é tomado como objeto de investigação – ou mesmo qual história da filosofia é evocada – seja quesito central nas pesquisas em história da filosofia. A autora ainda afirma que a reflexão em torno dos “critérios de reconstrução do passado da filosofia”, bem como “as investigações sobre a normalização de seu cânone” e a profusão do ensino dessa área são de menor destaque, o que remonta para nós a problemática da canonização, da tradição como pressuposto irrefutável, visto que se não reavaliarmos os “critérios” pelos quais a filosofia, os sistemas filosóficos são imbuídos de válidos e verdadeiros, permaneceremos na mesma querela: reproduzir uma concepção de história linear da filosofia, restrita e excludente. Tal é a necessidade de compreendermos criticamente isso que chamamos de cânone filosófico (PUGLIESE, 2019, p. 403).

História da Filosofia e eurocentrismo

Situar uma análise crítica que tem centralidade na concepção hegemônica da história da filosofia ocidental, compreendendo esta como uma prerrogativa de tentativa universalizadora da Filosofia como campo de conhecimento, nos impele ao recuo necessário e menos imediato de uma crítica situada desde o entendimento do que vem a ser isso que denominamos de cultura Ocidental, que se impõe como pressuposto epistêmico-territorial totalizante em detrimento à todas as outras culturas no mundo. De certo, compreendemos o Ocidente não somente como cultura, mas como demarcação geopolítica que só se efetiva na relação com sua outridade, o Oriente.

Essa outridade, compreendida por Mignolo (2020, p.10) como construção do “imaginário dominante do mundo colonial/moderno” só se faz possível por estar alicerçada na noção da diferença colonial. Por diferença colonial – tendo em vista que esta concepção projeta ao mundo relações de dependências e desigualdades – pode-se afirmar enquanto lugar físico e imaginário “onde atua a colonialidade do poder” hierarquizando histórias locais e globais, “é também o lugar onde se articulou o ‘ocidentalismo’ como imaginário dominante”. (MIGNOLO, 2020, p.10-11). É nessa relação de dominação que o Oriente (e muitos outros territórios entendidos como margens, periferias) será concebido na dicotomização geopolítica e colonial Ocidente/Oriente.

Edward W. Said, na obra “*Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*”, problematiza o campo investigativo acadêmico que se constitui até os dias atuais sob o termo Orientalismo, situando este campo enquanto uma longa tradição que enxerga o Oriente com as lentes da experiência europeia. Compreendemos com Said (2007) que o Oriente, percebido para além das lentes da tradição Orientalista, não é apenas uma adjacência europeia, mas é “também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias europeias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma de suas imagens mais profundas e mais recorrentes do Outro” (SAID, 2017, p. 27). No risco de reiterarmos a hegemônica sinonímia Ocidente-Europa, temos em vista que o Oriente foi e ainda o é “uma parte integrante da civilização e da cultura material europeia” de tal modo que, essa cultura ganhou forças e identidade ao se contrastar com o Oriente, visto como uma espécie de eu substituto e até subterrâneo” (SAID, 2007, p. 27-30).

De modo sintético, podemos sinalizar que o orientalismo é um exemplo da relação de imposição de poder epistêmico que o Ocidente insiste em manter com o Oriente, afirmando e negando aquilo que deve ser concebido como um entendimento genérico do território Oriente

tomado numa perspectiva pretensamente universalista, hierárquica e tendenciosa. Compreendendo que as relações de dominação, especialmente quando estruturadas em sistemas colonialistas, não são concebida e realizada apartadas das noções de mundo, cultura, economia, a Europa toma para si a representação da cultura ocidental enquanto cultura universal, sobressaindo o maior etnocentrismo já percebido até então, o *eurocentrismo* (DUSSEL, 2012).

Salientamos, segundo Goody (2008, p. 11) que como modo de representação de poder, o etnocentrismo “não é uma doença exclusiva da Europa” e se fez presente também como forma de domínio na cultura grega, romana entre muitas outras. A construção de narrativas oficiais pelas/os historiadoras/es nem sempre estão apartadas da visão umbilical do etnocentrismo de modo que estas/es acabam tropeçando “sempre em seu conhecimento limitado do outro (e também das próprias origens)”, tais limitações implicam em consequências significativas, por exemplo, histórias tomadas como verdades absolutas, sem serem questionadas.

O etnocentrismo é um fenômeno muito mais geral. Os gregos antigos não possuíam nenhuma paixão pela “Ásia”, os romanos discriminavam os judeus. As razões variam. Os judeus baseiam-se em argumentos religiosos, os romanos priorizam a proximidade com sua capital e civilização, a Europa atual justifica-se pelo sucesso no século XIX. Assim, um risco etnocêntrico oculto é ser eurocêntrico sobre etnocentrismo, uma armadilha na qual o pós-colonialismo e o pós-modernismo frequentemente caem. Mas se a Europa não inventou o amor, a democracia, a liberdade ou o capitalismo de mercado, ela também não inventou o etnocentrismo. O problema do eurocentrismo é ampliado pelo fato de uma visão particular de mundo produzida na Antiguidade europeia, cuja autoridade foi reforçada pelo uso extensivo do sistema de escrita grego, ter sido apropriada e absorvida pelo discurso historiográfico europeu, produzindo uma cobertura aparentemente científica em uma variante do fenômeno comum. (GOODY, 2008, p. 12)

É certo que a Europa não inventou o amor, a democracia ou a liberdade, mas atentemos para a concretude de uma tradição de conhecimento, história, política, sociedade advinda de um único território e (auto)compreendida como ideal. O fenômeno social do etnocentrismo não é específico na Europa, mas de fato a imposição de dominação imperial e colonialista que a Europa do século XVI impõe ao mundo, tem ao fundo bases de uma construção ideológica, epistêmica, ontológica, filosófica (no sentido mais amplo) de que a superioridade deste povo tem por direito o domínio e apropriação de outros territórios, vidas, corpos, saberes, existências.

Articulada com a noção de etnocentrismo, o eurocentrismo ocupa lugar central na crítica que alicerça esta análise, tendo em vista a interface Filosofia-Educação, especialmente no recorte do campo de pesquisa do Ensino de Filosofia, assumimos o compromisso de apontar caminhos outros, Filosofias outras, sem a disposição autodeclarativa de

CARREIRO, Gabriela da Nóbrega.
Reflexões sobre currículos, feminismo e descolonização na formação filosófica

hierarquização. Parece desafiador, mas esse caminho epistêmico não é percorrido isoladamente, haja vista a articulação de autoras/es que perpassam todas essas linhas, em especial aquelas/es que assentam no chão o *corpo-pensamento* da descolonização curricular. Isso se faz importante elucidar, uma vez que a crítica ao eurocentrismo, ao cânone, não é necessariamente a negação, mas a compreensão da necessidade da ampliação das filosofias, dos currículos de formação e que posteriormente ocupam o chão das escolas.

Assim dito, o eurocentrismo é além de um conceito, um modo de *ser-pensar-produzir* desde da noção unilateral, universalista, de que a Europa é o centro do mundo (DUSSEL, 2012). De fato, essa noção de centro se fortalece e é consolidada muitos filósofos, dentre eles Hegel, Marx, Heidegger, Kant, Jonh Lock, Weber, entre tantos. O eurocentrismo, como fenômeno que se reproduz violentamente na Modernidade, advém de uma noção pulverizada da filosofia helênica como início do germen filosófico na humanidade. É certo que nem eurocêntrica, tampouco helenocêntrica, essa pesquisa compreende essa perspectiva de história da filosofia ocidental e suas divisões linear, hegemônica e reducionista, ou como afirma Dussel (2012, p. 51), uma divisão ‘pseudocientífica’ da história do pensamento, estruturada numa prerrogativa de racionalidade que não passa de uma organização ideológica e deformante da história”.

Mas saliento a importância de observarmos o movimento constitutivo do eurocentrismo desde uma noção ideológica e geopolítica de disputa de poder. Conforme aponta Dussel (2005, p. 56) a noção de centralidade da Europa, como também de Grécia e Roma são fomentadas, na “manipulação conceitual” imperativa do movimento ideológico do romantismo alemão próprio dos século XVIII, dentre os autores destaco Goethe, Schiller e Winckelmann. A constituição de uma Europa autointitulada “herdeira” dos privilégios advindos de Grécia e Roma – como uma história contínua linear – é fruto do falseamento ideológico de uma centralidade que não se percebe nos estudos históricos, político e econômicos da época.

Dussel (2005, p. 27) sinaliza a sequência ideológica que culmina na constituição do eurocentrismo advindo desde o Renascimento Italiano, posterior à queda de Constantinopla (1453); uma fusão entre o Ocidental latino com o grego Oriental, que germinou a ideologia eurocêntrica do romantismo alemão: “Ocidental = Helenístico + Romano + Cristão”, o que resulta na “sequência tradicional” e inculcada na história ocidental (especialmente na história da filosofia) em que o Mundo Grego e o Mundo Romano são sementes diretas e determinantes do Mundo Cristão Medieval e, conseqüentemente Mundo Europeu Moderno.

CARREIRO, Gabriela da Nóbrega.

Reflexões sobre currículos, feminismos e descolonização na formação filosófica

Ninguém pensa que se trata de uma “invenção” ideológica (que “rapta” a cultura grega como exclusivamente “europeia” e “ocidental”) e que pretende que desde as épocas grega e romana tais culturas foram o “centro” da história mundial. Esta visão é duplamente falsa: em primeiro lugar, porque, como veremos, faticamente ainda não há uma história mundial (mas histórias justapostas e isoladas: a romana, persa, dos reinos hindus, de Sião, da China, do mundo mesoamericano ou inca na América, etc.). Em segundo lugar, porque o lugar geopolítico impede-o de ser o “centro” (o Mar Vermelho ou Antioquia, lugar de término do comércio do Oriente, não são o “centro”, mas o limite ocidental do mercado euro-afro-asiático) (DUSSEL, 2005, p. 27)

Dussel (2005) expõe dois caminhos conceituais para a formulação do que vem a ser a Modernidade: o primeiro é eminentemente “eurocêntrico, provinciano e regional” pois sinaliza uma perspectiva de superação da razão imatura para a razão crítica, e este processo foi datado na Europa, século XVIII. Tal perspectiva eurocêntrica foi descrita por Hegel com comentários de Habermas na obra “O discurso filosófico da Modernidade” e permanece até então como verdade consentida pela tradição europeia atual: “Os acontecimentos históricos essenciais para a implantação do princípio da subjetividade [moderna] são a Reforma, a Ilustração e a Revolução Francesa.” (HABERMAS, 2000, p. 25). Dussel (2005, p. 28) assertivamente aponta essa via de edificação da noção temporal da Modernidade como eurocêntrica devido à noção regional de “fenômenos intraeuropeus” como fatos únicos e deslocados de uma geopolítica que não vai além das fronteiras da Itália do século XV, da Alemanha (séculos XVI-XVIII), Inglaterra (século XVII) e França (século XVIII).

A outra via de explicação da Modernidade apontada por Dussel tem como ponto central o ano de 1492, demarcando a invasão de povos advindos da Europa Latina (que não ocupava um lugar destaque socioeconômico comparado à outros recortes da Europa) no continente americano. O colonialismo alicerçado nas bases do mercantilismo mundial, é determinante para a constituição da Modernidade, como fenômeno autodeclarador de uma Europa como centro e todo os outros territórios como periferias:

Para nós, a “centralidade” da Europa Latina na História Mundial é o determinante fundamental da Modernidade. Os demais determinantes vão correndo em torno dele (a subjetividade constituinte, a propriedade privada, a liberdade contratual, etc.) são o resultado de um século e meio de “Modernidade”: são efeito, e não ponto de partida. A Holanda (que se emancipa da Espanha em 1610), a Inglaterra e a França continuarão pelo caminho já aberto. (DUSSEL, 2005, p. 29)

O projeto da modernidade, e a filosofia enquanto instrumento estratégico que fundamenta e legitima o modo pelo qual as noções de homem, ética, política, cultura e pensamento são difundidas nesse contexto criou ciladas discursivas em que a construção de outros modos de filosofar, ou contradiscursos e mesmo críticas à essa razão universal precisaram remeter-se à mesma raiz filosófica, ou seja precisaria da base ontológica da

CARREIRO, Gabriela da Nóbrega.
Reflexões sobre currículos, feminismos e descolonização na formação filosófica

filosofia moderna para superá-la. Uma cilada discursiva colonialista que impõe um único caminho à lógica da razão, uma razão moderna, civilizatória, escravocrata e misógina.

Dessa maneira, Filosofias Africanas, Indígenas, Latinas, Chinesas e todas as outras vias de produção do conhecimento filosófico, do filosofar, não se constituíram desde da hegemônica filosofia heleno-eurocentrada, haja vista os caminhos percorridos, por exemplo das Filosofias Africanas, demonstrando na história da humanidade as profundas raízes do pensamento filosófico com séculos de antecedência dos pré-socráticos. Conforme aponta Obenga (2004), afrocentralizando a crítica à noção de universalização da filosofia helenocêntrica, Hegel foi um dos principais filósofos que evocou a partir de uma filosofia da história, a negação da história do pensamento advindo de África, afirmando em palestra proferidas em meados de 1830, que “A África não é parte histórica do mundo; ela não tem movimento ou desenvolvimento para exibir... o Egito... não pertence ao espírito Africano” (HEGEL *apud* OBENGA, 2004, p.3).

Uma grande tradição filosófica e científica existia no antigo Egito. O filósofo era considerado alguém que podia penetrar em escritos antigos e se valer das instruções nele disponíveis. Essas obras constituíam uma tradição filosófica, isto é, um conjunto de ensinamentos (*sebayit*) vistos como um corpo coerente de precedentes que influenciam o presente. A história da filosofia já era, portanto, um sistema de filosofia. Imhotep, Hor-Djed-Ef, Kagemni e Ptah-Hotep no Reino Antigo (2686-2181 a.E.C.) construíram a primeira tradição filosófica na história do mundo. (OBENGA, 2004, p. 8)

A filósofa nigeriana, Oyèrónké Oyèwùmí, na recente² obra lançada no Brasil, “*A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*”, aponta um conceito aparentemente similar ao eurocentrismo mas que implica na inclusão colonialista que os Estados Unidos também impõe ao continente africano com o mesmo princípio de expropriação, exploração, extermínio desses povos que são África. O “ocidentocentrismo” corresponde à imposição das experiências ocidentais como modo universal de concepções de mundo, de ciência, de filosofia. Para a autora, a manutenção de categorias ocidentocêntricas na produção de conhecimento africano é um sintoma da “contínua dominação ocidental” arraigada no raso entendimento de que “os povos europeus descobriram a maneira como o mundo funciona e lançaram o alicerce do pensamento” onde cada povo edificará seus conhecimentos na mesma base (OYÈWÙMÍ, 2021, p. 49-51).

² Embora afirmemos que a obra tenha sido recentemente lançada no Brasil, a primeira edição da “*The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*” foi publicada em 1997, sendo referenciada com base fundamental para as Filosofias Africanas, especificamente para a Filosofia Iorubá, bem como também para a filosofia do feminismo decolonial de María Lugones. Mas como exemplo da crítica que a própria autora emprega nas suas obras, a “linguagem é uma instituição social” e assume poder como tal, a “demora” da publicização dessa obra, dessa filosofia, no último país a “abolir” a escravização dos povos negros e indígenas, é prova dolorida da nossa ferida colonial aberta.

Currículo da formação filosófica e o tensionamento canônico

Como território de disputa (ARROYO, 2013; 2014) o currículo mobiliza conhecimentos legitimando-os ao tempo que desautoriza outros conhecimentos. A constituição dessa autoridade epistêmica que se impõe nos discursos evocados sobre currículo se desenha em moldes de um currículo que ordena, define e controla as prática pedagógicas, os processos de ensino-aprendizagem, a cultura escolar e o trabalho pedagógico da comunidade escolar. A noção estigmatizada de um núcleo duro, impõe ao currículo a sacralização do sistema escolar, reforçando a noção estática das “grades” curriculares como aponta Miguel Arroyo na obra “*Currículo, território em disputa*”:

Em estruturas fechadas, nem todo conhecimento tem lugar, nem todos os sujeitos e suas experiências e leituras de mundo tem vez em territórios tão cercados. Há grades que tem por função proteger o que guardam e há grades que tem por função não permitir a entrada a recintos fechados. As grades curriculares tem cumprido essa dupla função: proteger os conhecimentos definidos como comuns, únicos, legítimos e não permitindo a entrada de outros conhecimentos considerados ilegítimos, do senso comum. (ARROYO, 2013, p. 17)

Me parece que ao conjecturar essa noção de currículo como âmbito de disputa epistêmica – mas também de componente vívido, atravessado pela cultura – muito temos a pensar sobre como se constitui, ou quais valores éticos, políticos e humanos integram a elaboração curricular de cursos de filosofia. A relação de dominação-subordinação, apropriação-negação (ARROYO, 2013) constitui a nossa história com o conhecimento, com a educação, e no campo filosófico sobre o qual abordamos, essas categorias entreligam-se à autoridade epistêmica do discurso filosófico, da produção de conhecimento e legitimação do que deve ser passado a diante como Filosofia. O currículo na formação em filosofia, especialmente no Brasil, mantém afinadíssima compatibilidade com a autoridade canônica, ou seja, a sedimentação da filosofia europeia e norte-americana no currículo de formação é um elemento ainda incontestável por muitos. Desse modo vale a indagação: como transitam *curricularmente* as filosofia outras, produzidas desde outras territorialidades que não exclusivamente europeias e norte-americanas? Ou ainda, por qual brecha escapolem as Filósofas desse gradeamento que protege o currículo de suas filosofias menores, sensíveis e desprovida da razão? Recordo Nietzsche, na obra *Além do Bem e do Mal*:

Não é indício de falta de gosto se a mulher se torna tão científica? Até agora, graças a Deus, o explicar era assunto de .homens, dom dos homens e permanecia, assim, "entre eles". De resto, considerando tudo aquilo que as mulheres escrevem acerca da "mulher" é lícito duvidar que a mulher queira se explicar — ou que possa querelo. Ou ainda, e preferivelmente, se com isso a mulher não busca um novo adorno — parece-me que enfeitar-se faz parte integrante do "eterno feminino". Nesse caso quer

CARREIRO, Gabriela da Nóbrega.
Reflexões sobre currículos, feminismos e descolonização na formação filosófica

inspirar pavor de si mesma, e com isso, talvez, conquistar o poder. Mas não quer a verdade: que importa a verdade para as mulheres? Nada, desde que o mundo é mundo, foi mais estranha às mulheres, mais antipática, mais adversa que a verdade; sua grande arte consiste na mentira, o que mais a preocupa é a aparência, é a beleza.(...) Nós, homens, desejaríamos que a mulher não continuasse a comprometer-se com explicações; pois foi por preocupação pelo homem e consideração pela mulher que a igreja decretou: *mulier taceat in ecclesia!* Tal como foi para bem da mulher que Napoleão deu a entender à célebre Madame de Staël: *mulier taceat in politicis!* E penso que é um verdadeiro amigo das mulheres aquele que hoje diz às mulheres: *mulier taceat de muliere!* (NIETZSCHE, 2001, p. 232-233)

Diante de referências canônicas e já consolidadas nos currículos, os estudos, traduções, situadas em torno das Filósofas tem sempre o desafio de validar o discurso filosófico perante a tradição e ser incorporado como recurso didático nos centros de formação. Há um ímpeto, legitimado na tradição filosófica, no qual as Filósofas são constantemente postas à prova. Precisamos provar pelas que nos antecederam e por nós mesmas nos espaços que ocupamos e que tentamos ocupar. São *provas* de capacidade cognitiva, do exercício da razão negado à nós por Aristóteles, Tomás de Aquino, Rosseau, Hegel e muitos outros. São *provas* de existência, já que até então Filósofas como Trótula de Ruggiero tem seus escritos e sua identidade de mulher questionada. Parece óbvio que a mesma concepção de filosofia que excluiu e ainda insiste em excluir as Filósofas da História, também as excluem dos currículos no geral, dos recursos didáticos, matendo por assim décadas de formação voltadas à norma canônica (ARAÚJO, 2019; PEREIRA, 2020) por assim dizer euro-androcentrada.

A constituição dos currículos do componente filosofia aqui no Brasil, sejam no ensino superior como na Educação Básica, são em sua maioria fomentados em torno do que é hegemonicamente considerado história da filosofia. Esses currículos estão arraigados na estrutura de canonização de um tipo do fazer filosófico, estrutura essa que implica num ciclo consolidado de formar futuras/os docentes, pesquisadoras/es a partir da universalidade do euro-androcentrismo, culminando assim na reprodução desse tipo de currículo nas graduações, nas escolas.

A inserção das teorias feministas como bases epistêmicas para a leitura filosófica foi e continua sendo fundamental na construção dos alicerces teóricos e práticos que necessitamos para realizarmos nossas críticas à essa unilateralidade canônica, bem como propor inclusões, alterações e revisões às estruturas curriculares de modo a potencializar críticas a tais estruturas. No entanto, é importante destacar que, conforme aponta Johanson (2020), há uma tentativa constante de enquadramento das pesquisas com/sobre Filósofas num escopo exclusivamente dos estudos de gênero ou das teorias feministas, considerando e reforçando a ideia de que esses são os únicos espaços reservados para a produção de conhecimento em torno das mulheres e filosofia. A autora afirma ainda que tentativas como essas, muitas vezes

CARREIRO, Gabriela da Nóbrega.
Reflexões sobre currículos, feminismos e descolonização na formação filosófica

empreendidas por revistas, departamentos, nos remetem à uma filosofia de menor valor, apartada da legítima filosofia dos filósofos, cabível somente enquanto *assunto de mulher*.

Desse modo muitas de nós compreendemos que a constituição de um currículo que contemple outras Filosofias, e aqui atentamos para a filosofia produzida por mulheres, só se faz possível na crítica e ampliação da concepção de cânone. A crítica pressupõe a revisitação à verdades, conceitos e modo da escrita filosófica que nos parece arraigados numa inflexibilidade mórbida e sua ampliação resulta da constatação das exclusões e diversas possibilidades da produção filosófica. Dessa maneira compreendemos também que só podemos alterar o currículo, ampliando as bases de leituras filosóficas, se reconhecermos os limites impostos até então pela ideia estática da canonização de determinados pensadores, suas verdades e pressupostos filosóficos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Filosofia, definida no parecer n. 492/2001 do CNE/CSE, aprovado de 03 de abril de 2001, representa a sedimentação dessa noção canônica de formação ao definir uma estruturação de conteúdos curriculares em que nada escapam à clássica divisão de áreas da Filosofia hegemônica:

O elenco tradicional das cinco disciplinas básicas (História da Filosofia, Teoria do Conhecimento, Ética, Lógica, Filosofia Geral: Problemas Metafísicos – além de duas matérias científicas), tem se comprovado como uma sábia diretriz. Tal elenco vem permitindo aos melhores cursos do País um ensino flexível e adequado da Filosofia. Entretanto, tendo em vista o desenvolvimento da Filosofia nas últimas décadas, algumas áreas merecem ser consideradas, como: Filosofia Política, Filosofia da Ciência (ou Epistemologia), Estética, Filosofia da Linguagem e Filosofia da Mente. No caso da licenciatura, deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam (BRASIL, 2001, p. 4-5).

Se levarmos em conta que o documento aponta a ampliação de campos de investigação que passariam, naquele contexto, a compor as diretrizes curriculares, é decerto questionarmos onde as Filósofas seriam “encaixadas”. Com obras que transcorrem todas as áreas citadas, e indo além delas, a inserção das Filósofas nos currículos de formação fica à regalia das instituições de ensino, pois como analisa Reis (2022), “nota-se que, no plano formal de ensino, o documento não define os temas, conteúdos e competências a serem desenvolvidos nas disciplinas.” (REIS, 2022, p.139).

A política curricular não se aparta do contexto sobre o qual ela constitui decisões gerais juridicamente e administrativamente (SACRISTÁN, 2017) e como aponta o parecer acima citado, elencando estritamente algumas disciplinas consideradas básicas, a estruturação curricular dar-se efetivamente pelas deliberações de colegiados do curso, coordenações e

CARREIRO, Gabriela da Nóbrega.
Reflexões sobre currículos, feminismos e descolonização na formação filosófica

docentes, ficando à critério de departamentos estritamente masculinistas a designação do currículo de formação. Reintero com Reis (2022, p. 139) a compreensão de que numa.

análise mais detida dos eixos estruturantes dos cursos de filosofia deixa entrever, contudo, é que os currículos das instituições brasileiras respaldam-se nas políticas curriculares oficiais para justificar a seleção, a organização e os recortes privilegiados. São esses os conteúdos que serão avaliados, por exemplo, nos Exames Nacionais de Desempenho de Estudantes do Ensino Superior (ENADE), com reflexos evidentes no ensino de filosofia no ensino médio, na medida em que as avaliações nacionais reconhecem apenas os repertórios euronorte-americanos como legitimamente filosóficos, isto é, o paradigma, por excelência, da filosofia. E acentuam o silêncio em relação às produções brasileiras, latino-americanas e africanas.

É certo que além do currículo prescrito pelo sistema educacional, as definições do que efetivamente constituirá os processos de ensino-aprendizagem perpassarão para além das normativas pré-definidas pela política curricular, pois como aponta Sacristán (2017, p. 104) as/os docentes assumem papel de “agente ativo e decisivo na concretização dos conteúdos e significados dos currículos, moldando a partir de sua cultura profissional”. Decerto que enquanto agente ativo, uma observação se desenha na nossa análise sobre o currículo da formação filosófica: a deliberação do currículo moldado pelas/os docentes pode ser uma das justificativas da ausência das filósofas (e todas as filosofias não concebidas pela hegemônica ocidentalidade) na formação inicial. Ao tempo em que é, pela mesma via de argumento – agente ativo e decisivo – que diversas professoras/es de filosofia em todo país vêm pavimentando novos caminhos de acesso a outras filosofias, africanas, latino-americanas, indígenas, não-ocidentais, escritas por mulheres, por pessoas LGBTQIAPN+, ampliando e integrando um currículo mais diverso e eminentemente filosófico.

A maioria das práticas pedagógicas tem a característica de estar multicontextualizada. As atividades práticas que servem para desenvolver os currículos estão sobrepostas em contextos aninhados uns dentro de outros ou dissimulados entre si. O currículo se traduz em atividades e adquire significados concretos através delas. Esses contextos são produtos de tradições, valores e crenças muito assentadas, que mostram sua presença e obstinação à mudança quando uma proposta metodológica alternativa pretende instalar-se em certas condições já dadas. (SACRISTÁN, 2017, p.28)

O tensionamento defronte ao currículo monológico que ainda se desenha nos espaços de formação de filosofia é parte da caminhada filosófica e pedagógica de muitas/os que assumem o compromisso de ampliar os dizeres, fazeres, os ensinamentos-aprendizagens que se cruzam no chão da filosofia institucionalizada. Não podemos retirar a responsabilidade que as instituições de ensino superior tem na manutenção ou ruptura com a estruturação curricular de formação de professoras/es e conseqüentemente com o currículo da Educação Básica, haja vista que nos espaços de disputa e construção pedagógica, seja na fomentação de políticas

CARREIRO, Gabriela da Nóbrega.
Reflexões sobre currículos, feminismos e descolonização na formação filosófica

publicas, de currículo, de recursos didáticos, são estas/es que definirão qual Filosofia, ou o modo como esta será apresentada nas turmas de nível médio.

Assim concordo com Tolentino (2017, p.106) no entendimento de que as alterações na matriz prática e de conteúdo na formação de professores de filosofia também implica na alteração do simbólico, tendo como mote o tensionamento e esgarçamento dos currículos e das práticas de ensino de filosofia, fazendo emergir filosofias outras que impliquem e sejam implicadas por recortes de gênero, étnicos, geográficos.

Considerações finais

Há vários caminhos possíveis para vivenciarmos a inserção das Filósofas nos currículos, nas aulas e experiências escolares com turmas de Ensino Médio. Podemos apresentar desde uma perspectiva histórica linear eurocêntrica as Filósofas do Norte Global, principalmente se levarmos em conta que as traduções e o acesso às obras dessas pensadoras se dá mais facilmente se compararmos à tradições filosóficas orais não ocidentais. Podemos também apresentar as Filósofas inseridas em temáticas dos estudos de gênero, dos feminismos, e efetivamente daríamos mais foco à Filósofas contemporâneas e suas amplas produções. Mas ao tratarmos de inserção das Filósofas no contexto da educação brasileira, é salutar compreendemos e estarmos vigilantes sobre nossas concepções de filosofia, de educação e de prática docente, e isso implica atinarmos para as especificidades de nosso território nacional de modo que as discussões sobre a reescrita do cânone filosófico e o silenciamento das Filósofas não pode ser feito fora da analítica da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019).

Para Junqueira (2019, p. 01) o reconhecimento de mulheres na história da filosofia no Brasil implica necessariamente no reconhecimento da “nossa história colonial e escravocrata” e no “espírito de conflagração política (contra a misoginia, contra o racismo) dentro das universidades” e acrescento, nas escolas e na sociedade de modo geral. Revisitar o cânone sobre as lentes interseccionais, com vista às colonialidades diversas que ainda ditam as regras de produção, socialização e acesso aos conhecimentos, é um possível caminho para a inclusão de filosofias diversas, advindas de outros territórios, de outras culturas e também produzidas por mulheres.

Assim, muito do que se tem produzido em torno do resgate à obras filosóficas escritas por mulheres, é graças ao empenho de muitas pesquisadoras feministas e seus compromissos

CARREIRO, Gabriela da Nóbrega.
Reflexões sobre currículos, feminismos e descolonização na formação filosófica

políticos-filosóficos em constatar e denunciar as violências imperadas por séculos, ancoradas em uma tradição que reproduz a misoginia indelevelmente. Decerto que os feminismos que embasam tais práticas não podem estar descomprometidos com os diversos silenciamentos e violências que, em países como o Brasil, marcam a experiências das mulheres, suas vidas e pensamentos.

Tais questões já perpassavam as obras de Lélia Gonzalez em 1988, nos chamando atenção – aqui em específico no texto, “*Por um feminismo afro-latino-americano*” – sobre o silenciamento do feminismo hegemônico e branco diante da experiência e existência das mulheres negra, indígenas e não brancas. Lélia nos chamou/chama atenção para o falso discurso da igualdade e harmonia racial, ancorada na “suposta igualdade de todos perante a lei”, no mito da democracia racial, que funcionam como “escudo do grupo branco dominante” e da “ideologia do branqueamento” que investe acirradamente no projeto de sociedade, de conhecimento, ancorado em políticas, culturas e valores que mantenham o silenciamento dos ruídos das contradições raciais que atravessam nossa sociedade (GONZALEZ, 2020, p. 44).

É na esteira de Lélia Gonzalez e sua filosofia que avança e irrompe para além da filosofia, mas também na/com a filosofia, que almejamos extenuar os limites do cânone euro-androcentrado e academicista, incluindo Filósofas e filosofias diversas, plurais e não excludentes. Esse esgarçamento estende-se até a escola, na Educação Básica periférica, no diálogo com as juventudes e docente de filosofia. Transitar com as Filósofas nos espaços de formação filosófica, seja nos cursos de graduação e pós-graduação, bem como nas escolas, é em certa medida, também descolonizar os territórios e discursos legítimos e universalistas do pretenso saber filosófico, é contestar essa pretensa universalidade dando vozes à multiplicidade, ampliando e acolhendo as diversas maneiras de sentir-aprender-ensinar-produzir Filosofia.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO, Carolina de Melo Bomfim. Quatorze anos de desigualdade: mulheres na carreira acadêmica de filosofia no Brasil entre 2004 e 2017. **Cadernos de filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, 24(1), 13-33, 2019. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/155750> Acesso em 20 de novembro de 2020.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. **Parecer CNE/CES 492/2001**, de 3 de abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf> Acesso em 21 de set de 2024.

DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **Colonialidade do poder: Eurocentrismo e Ciências Sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 55-70

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação: na ideia da globalização e da exclusão**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2012.

GEROULT, Martial. The History of Philosophy as a Philosophical Problem. **The Monist**, Volume 53, Issue 4, 1 October 1969, Pages 563–587.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOODY, Jack. **O roubo da história: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

HABERMAS, Jurgen. **O discurso filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JOHANSON, Izilda Cristina. Por uma perspectiva feminista em história da filosofia. **Revista Ideação**, N. 42, Julho/Dezembro 2020. Disponível em <https://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/5473> Acesso em 23 de set de 2024.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saber subalterno e pensamento liminar**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

CARREIRO, Gabriela da Nóbrega.

Reflexões sobre currículos, feminismos e descolonização na formação filosófica

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do Bem e do Mal: prelúdio de uma Filosofia do futuro**. Tradução Márcio Pugliese. Curitiba-PR: Editora Hemus, 2001.

OBENGA, Théophile. Egypt: Ancient History of African Philosophy. In: KWASI, Wiredu (ed.). **A Companion to African Philosophy**. Massachusetts: Blackwell Publishing, 2004, p.31-49.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PEREIRA, Taís Silva. Invisibilia: relato de experiência sobre um material alternativo para o ensino de filosofia. In: **Problemata: R. Intern. Fil.** V. 11. n. 3, 2020, p. 152-170. Disponível em <http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v11i3.53961> Acesso em 21 de set de 2024.

PUGLIESE, Nastassja. A questão do Cânone no Ensino da História da Filosofia. **O que nos faz pensar**, [S.l.], v. 28, n. 45, p. 402-413, dec. 2019. ISSN 0104-6675. Disponível em: <http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnf/article/view/672>. Acesso em 15 set 2024.

REIS, Diego dos Santos. A filosofia fora das grades (curriculares): a Lei 10.639/03 e os desafios para um ensino de filosofia antirracista. **Revista Teias**, v. 23, n.68, p. 134-146, 2022. DOI: 10.12957/teias.2022.54025. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/54025/41464> Acesso em: 4 set de 2024.

SACRISTÁN, Gimeno J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

TOLENTINO, Joana. Existem Filósofas? Vozes de mulheres invisíveis. **Ensaio Filosófico**. Número 16: dez. 2017, p. 99-110. Disponível em http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo16/07_Tolentino_Ensaio_Filosofico_V%0Aolome_XVI.pdf Acesso em 11 de set de 2024.